This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/06/14/the-fifth-parameter-issue-007-the-question-of-authority/.

O QUINTO PARÂMETRO: Edição 007: A Questão da Autoridade

Heather Grizzle · June 14, 2026

Quem decide quando as tecnologias de acessibilidade estão prontas para implementação? A Edição 007 explora autoridade, legitimidade, responsabilização e governança na era da IA.

Acessibilidade, Especialização e o Problema da Legitimidade

Cada era produz tecnologias que parecem chegar antes das instituições necessárias para as governar. As ferrovias transformaram o transporte antes do surgimento da regulamentação de segurança moderna. O rádio remodelou a comunicação antes de as sociedades estabelecerem normas de licenciamento e supervisão. A internet ligou milhões de pessoas muito antes de governos, educadores e cidadãos compreenderem o quão profundamente iria alterar a vida pública. A inteligência artificial ocupa agora uma posição semelhante. As suas capacidades expandem-se rapidamente, as suas aplicações multiplicam-se diariamente, e os seus defensores falam com confiança sobre transformação. No entanto, por trás do entusiasmo existe uma questão mais discreta e mais consequente. Quem tem a autoridade para decidir quando uma tecnologia está pronta para fazer parte dos sistemas de que as pessoas dependem?

A questão parece enganosamente simples. As sociedades modernas estão habituadas a estruturas de autoridade. Os médicos recebem licenças. Os arquitetos seguem normas profissionais. Os fabricantes de aeronaves submetem-se a extensos processos de certificação. Os projetos de infraestrutura pública passam por revisão e supervisão. Estes sistemas não são perfeitos, mas refletem um princípio amplamente aceite: quando as decisões acarretam consequências significativas para outros, a autoridade não deve ser determinada apenas pelo entusiasmo, pela especialização ou pela procura de mercado. Deve ser acompanhada de responsabilização. Quanto maior o impacto potencial, maior a necessidade de mecanismos legítimos capazes de avaliar o risco.

As tecnologias de acessibilidade ocupam uma posição peculiar neste panorama. São frequentemente apresentadas como ferramentas de capacitação, e não como objetos de governação. O seu propósito é eliminar barreiras, aumentar a participação e expan-

dir oportunidades. Tais objetivos são difíceis de contestar. No entanto, as boas intenções nunca eliminaram a necessidade de supervisão. Na verdade, a história sugere o contrário. Quanto mais nobre parece ser uma missão, mais fácil se torna ignorar questões sobre quem possui a autoridade para definir sucesso, avaliar a prontidão e aceitar riscos em nome de outros.

Esta tensão torna-se particularmente visível durante períodos de inovação tecnológica. Frequentemente, novos sistemas surgem antes da existência de normas para os avaliar. Os primeiros utilizadores experimentam. Os defensores promovem possibilidades. Os fornecedores divulgam capacidades. As instituições procuram eficiências. As comunidades procuram inclusão. Cada participante traz uma perspetiva diferente, mas nenhum possui necessariamente autoridade universalmente reconhecida para determinar quando a experimentação deve tornar-se implementação. O resultado é um vazio de governação no qual as decisões continuam a ser tomadas apesar da incerteza sobre quem deveria tomá-las.

O vazio é frequentemente preenchido pela visibilidade. Indivíduos com influência adquirem autoridade através da reputação. As organizações ganham legitimidade através da familiaridade. As tecnologias ganham credibilidade através da adoção. No entanto, visibilidade não é o mesmo que legitimidade. A história contém inúmeros exemplos de ideias que alcançaram popularidade antes de alcançarem fiabilidade. Os mercados recompensam a inovação. Nem sempre recompensam a cautela. O entusiasmo público pode acelerar a adoção, mas o entusiasmo não pode substituir a evidência. Nem a influência pode substituir a responsabilização.

> Visibilidade não é o mesmo que legitimidade.

A acessibilidade apresenta um caso particularmente desafiante porque as consequências do fracasso são frequentemente distribuídas de forma desigual. Aqueles que decidem implementar uma tecnologia nem sempre são as mesmas pessoas que sofrem as consequências quando esta falha. Um responsável pela aquisição pode aprovar um sistema. Um fornecedor pode promovê-lo. Uma plateia de conferência pode celebrá-lo. No entanto, os riscos resultantes podem acabar por recair sobre indivíduos que dependem desse sistema para educação, emprego, cuidados de saúde, comunicação de emergência ou participação cívica. A autoridade para decidir e

a responsabilidade de viver com o resultado nem sempre se encontram no mesmo lugar.

Esta realidade levanta questões desconfortáveis. Quem determina quando uma tecnologia de acessibilidade é suficientemente precisa para uso público? Quem estabelece níveis aceitáveis de risco? Quem decide quando a transparência é adequada? Quem avalia as alegações relativas à eficácia? Em muitos setores, tais questões seriam resolvidas através de instituições formais, normas profissionais ou quadros regulamentares. A inovação em acessibilidade, no entanto, opera frequentemente num ambiente mais fragmentado. As decisões estão distribuídas entre fornecedores, defensores, responsáveis pela aquisição, investigadores, financiadores e organizações comunitárias. A responsabilidade torna-se partilhada. A autoridade torna-se difusa. A responsabilização torna-se difícil de localizar.

O desafio não é a falta de especialização. As comunidades de acessibilidade contêm uma especialização extraordinária. Os investigadores contribuem com conhecimento técnico. Os profissionais contribuem com experiência profissional. Os membros da comunidade contribuem com a realidade vivida. Os decisores políticos contribuem com uma perspetiva institucional. O problema é que a especialização por si só não responde à questão da autoridade. A especialização explica o que pode ser feito. A autoridade determina quem deve decidir se deve ser feito. Confundir estes conceitos pode produzir sistemas que são tecnicamente impressionantes, mas institucionalmente frágeis.

> **ESPECIALIZAÇÃO E AUTORIDADE NÃO SÃO A MESMA COISA**
>
> A especialização explica o que pode ser feito. A autoridade determina quem deve decidir se isso deve ser feito.

Esta distinção é importante porque a autoridade diz respeito, em última análise, à legitimidade. A autoridade legítima não é apenas a capacidade de influenciar resultados. É a capacidade de justificar decisões perante aqueles que são por elas afetados. Uma estrutura de autoridade legítima consegue explicar porque existem normas, como os riscos são avaliados e que mecanismos existem para correção quando ocorrem falhas. Cria confiança não porque os erros sejam impossíveis, mas porque a responsabilização permanece visível quando os erros acontecem. A confiança surge não da perfeição, mas da gestão responsável.

O futuro da inovação em acessibilidade dependerá não apenas de avanços na tecnologia, mas também de avanços na governação. As sociedades passaram séculos a desenvolver instituições capazes de avaliar a segurança, gerir o risco e atribuir responsabilidade. A inteligência artificial desafia agora as comunidades de acessibilidade a considerar se são necessárias estruturas comparáveis para tecnologias que cada vez mais medeiam a comunicação, a participação e o acesso. A questão já não é se a inovação vai continuar. Vai continuar. A questão é se a autoridade se desenvolverá a par dela.

A questão de governação mais importante da próxima década poderá, assim, ter pouco a ver com algoritmos, conjuntos de dados ou métricas de desempenho. Poderá, em vez disso, dizer respeito a um problema muito mais antigo. Antes de uma sociedade poder decidir se uma tecnologia é digna de confiança, deve primeiro determinar quem possui a autoridade para fazer esse julgamento. Enquanto essa questão não for respondida, os debates sobre inovação permanecerão incompletos. Continuaremos a perguntar se as tecnologias funcionam, negligenciando perguntar quem decidiu que funcionar era suficiente.

> **TIPS**
>
> Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, June 14). O QUINTO PARÂMETRO: Edição 007: A Questão da Autoridade. Novara Consulting Group. https://www.novaracg.com/pt/2026/06/14/the-fifth-parameter-issue-007-the-question-of-authority/